

ÍNDICE

ÍNDICE

I – Prefácio	11
II – Introdução	15
III – A linha do tempo da Concertação Social	19
IV – Conflito e conciliação	49
FMI, CEE e muitas greves	50
CGTP-IN recusa entrar na Concertação	52
A alternativa sindical à luta de classes: UGT	53
CIP e CAP adotam estratégia conjunta	56
Cavaco Silva conquista a maioria absoluta	57
A CGTP-IN entra na Concertação Social	59
Greve geral UGT/CGTP	61
CGTP, CIP e CAP recusam assinar acordos	62
A «nova» Constituição cria o CES	64
O fim do Conselho Permanente da Concertação Social	66
V – Instituições para eliminar a luta de classes	69
Greves desde o século XVII	70
Associações patronais, sindicais e partidos de classe	71
Uma raiz fascista para a conciliação	72
Um conselho e uma comissão depois do 25 de Abril	74
VI – Do Conselho Nacional do Plano ao Conselho Económico e Social	77
VII – Grandes momentos da Concertação Social	83
O acordo celebrado com vinho do Porto	84
O primeiro Código do Trabalho	87
O acordo negociado com a troika	90
VIII – Os governantes	103
Valente de Oliveira sublinha a importância do Planeamento	104
Manuela Ferreira Leite sentiu-se inútil no CES	106
Bagão Félix avançou com o Código do Trabalho mais polémico	109
Vítor Gaspar acredita na concórdia	112
Vieira da Silva, recordista de acordos de Concertação	115

IX – Os sindicalistas	119
Manuel Carvalho da Silva vê na Concertação «o velho arco da governação»	120
Torres Couto receia o futuro da Concertação e do sindicalismo	124
João Proença acusa os governos de nada fazerem pelo CES	127
Arménio Carlos recusa caucionar uma negociação subvertida	131
Carlos Silva não acredita numa convergência com a CGTP	135
Isabel Camarinha revela que nenhum dos acordos que a CGTP assinou acabou por ser cumprido	138
X – Os patrões	143
Ferraz da Costa não acredita na Concertação	144
João Machado confronta José Sócrates	146
João Vieira Lopes contra a «unicidade patronal»	148
Atílio Forte leva o turismo para o CES e para a CPCS	150
António Saraiva recusa a TSU do governo de Passos Coelho	152
Eduardo Oliveira e Sousa denuncia o esvaziamento da Concertação	155
Francisco Calheiros surpreendido com a Concertação	156
A parte do CES que não é Concertação Social	159
XI – Como funciona o CES	163
A arbitragem	166
O plenário	171
As comissões	179
XII – Os presidentes do CES	189
Silva Peneda propõe acabar com as Grandes Opções do Plano	190
Luís Filipe Pereira afirma que o CES não está a ser aproveitado	193
Correia de Campos em luta contra a irrelevância	196
XIII – Trinta anos do CES	201
XIV – Os Acordos de Concertação Social	205
Acordos obtidos no Conselho Permanente da Concertação Social	206
Acordos na Comissão Permanente da Concertação Social (organismo autónomo do Conselho Económico e Social)	208
XV – Bibliografia e outras fontes utilizadas	215
XVI – Os entrevistados	219
Índice onomástico	227

PRE FA CIO

CAPÍTULO I

PREFÁCIO

Francisco Assis



*Francisco Assis,
presidente do CES
desde julho de 2020.*

Foto: CES

Vivemos numa época caracterizada pelo culto do excesso em relação a tudo o que remete para o campo da História. Ora nos extasiamos com celebrações acríticas de acontecimentos relevantes do nosso passado, ora nos atolamos em manifestações de autopunição moral anacrónicas. Não é fácil fugir a estas tendências, tão enraizadas elas se encontram nas sociedades democráticas contemporâneas. Por isso mesmo, quando decidimos publicar a história do Conselho Económico e Social (CES), como forma de assinalar o trigésimo aniversário da instituição, tivemos duas preocupações especiais: garantir a máxima objetividade possível no plano da descrição factual e acolher múltiplas e diferenciadas perspetivas na sua leitura e interpretação.

A história do CES não pode ser dissociada dos principais acontecimentos políticos, económicos, sociais e culturais ocorridos nos últimos trinta anos, quer no domínio interno, quer no plano internacional. Curiosamente, esta instituição foi concebida e constitucionalmente consagrada no ano em que o Muro de Berlim foi derrubado e se tornou irreversível a derrocada dos regimes marxistas-leninistas na Europa de Leste. Se é certo que uma coisa não teve que ver com a outra, não deixa de ser verdade que o acaso dificilmente poderia ter sido mais feliz. A revisão constitucional de 1989, convirá recordá-lo, teve como escopo fundamental a alteração da vertente económica da nossa Lei Fundamental de modo a permitir a sua plena compatibilidade com o modelo de sociedade consagrado no espaço europeu. Tal constituía o último passo de um importante e rápido processo histórico iniciado a 25 de abril de 1974, data determinante da nossa História Contemporânea e o momento em que coincidiram o derrube de uma anacrónica ditadura e a criação de condições políticas para que se devolvesse em toda a plenitude a soberania nacional ao povo português. Após um período conturbado em que se confrontaram duas legitimidades antagónicas, uma de natureza revolucionária e outra fundada nos princípios e nos valores das democracias ocidentais — e que terminou com a vitória desta última —, foi com facilidade que emergiu um amplo consenso entre os partidos identificados com a ideia de uma sociedade aberta quanto à vantagem de uma rápida integração na Comunidade Económica Europeia.

O CES surgiu num momento nuclear, marcado simultaneamente pela consolidação da nossa opção europeia e pelo início do período pós-Guerra Fria no campo internacional. Nos últimos trinta anos, sucederam-se os acontecimentos mais inesperados tanto interna como externamente. Salientarei apenas cinco, todos no plano internacional: a globalização financeira e das cadeias de produção; a integração da China na Organização Mundial do Comércio; o surgimento de novas potências em zonas até agora pouco desenvolvidas; a crescente polarização social e política na generalidade das democracias ocidentais; os impressionantes avanços observados nos domínios da inteligência artificial, das tecnologias da informação e da biologia. Tudo isto alterou a configuração do mundo atual.

Este livro, sem deixar de aludir a todas as responsabilidades e funções que estão constitucional e legalmente cometidas ao CES, concentra-se principalmente na abordagem do tema da Concertação Social. É natural que assim suceda dado que, por razões diversas, o CES tem revelado uma certa atrofia no domínio da sua função consultiva e algumas dificuldades em afirmar-se como uma instância central na promoção de um espaço público qualificado. Creio que estes problemas resultam, em grande parte, da debilidade de uma sociedade civil insuficientemente autónoma e de uma fraca propensão do Estado para acolher contributos verdadeiramente independentes. A esses dois fatores devem ainda acrescentar-se algumas deficiências estruturais da própria instituição que, ao fim de trinta anos, estão já identificadas. Daí a necessidade de uma alteração da lei do CES e da reformulação de várias das suas práticas internas.

A Concertação Social pressupõe duas coisas: o reconhecimento da existência de conflitos de natureza socioeconómica e a vontade de alcançar compromissos que satisfaçam as diferentes partes, servindo o interesse geral das sociedades. A maioria dos países democráticos europeus recorreu a este instrumento, sob formas diversas, com um intuito claro e explicitamente afirmado: promover um ambiente de paz social assente num diálogo permanente entre as confederações sindicais e patronais. Não é de estranhar que o liberalismo radical e o marxismo ortodoxo convirjam na depreciação deste mecanismo negocial. Os primeiros recusam a ideia de um conflito que não possa e deva ser resolvido pelas leis naturais do mercado; os segundos rejeitam qualquer tipo de entendimento dado considerarem que só a revolução social permitirá a superação da luta de classes. Uns e outros veem em qualquer manifestação de compromisso um atentado às suas crenças mais profundas. Diga-se também, em abono da verdade, que há liberais e marxistas não dogmáticos que têm dado excelentes contributos para a discussão deste tema.

Acredito que a maioria dos portugueses valoriza a Concertação Social e está ciente do lugar que ela deve ocupar num regime democrático que tem no parlamento a legítima sede da representação nacional. É verdade também que subsiste em alguns setores alguma antipatia por um modelo que associam ao corporativismo. Se tivermos em consideração o facto de o corporativismo ter sido um elemento fundamental do pensamento fascista europeu e de ter constituído um dos principais alicerces do regime autocrático deposto em 1974, não deveremos ficar realmente surpreendidos com tais reservas. São naturais e inevitáveis e, como tal, devem ser encaradas. A resposta a essa inquietação está plasmada na Constituição da República e na observação atenta do nosso percurso histórico em democracia.

Espero que esta obra, dotada de uma singularidade que a afasta do cânone tradicional das edições de índole comemorativa, sirva o propósito de contribuir para uma discussão útil sobre o papel que o CES deve ocupar na sociedade portuguesa. Agradeço o contributo das várias personalidades da

nossa vida pública que colaboraram ativamente na elaboração deste livro através de depoimentos de grande qualidade. Por fim, uma palavra de devido reconhecimento ao autor pela forma imaginativa e inteligente como desenvolveu o seu trabalho.

IN TRO DU ÇÃO

CAPÍTULO II

INTRODUÇÃO

Em 31 de março de 2022, o Plenário do Conselho Económico e Social (CES) reuniu-se com a embaixadora da Ucrânia, Inna Ohnivets, que interveio sobre a situação de guerra no seu país, depois de o presidente do CES, Francisco Assis, ter demonstrado a sua posição de apoio à Ucrânia, de condenação da invasão russa, iniciada a 24 de fevereiro, e de «recusa absoluta da relativização em relação ao que está a acontecer». Entrevieram também mais 18 dos 76 membros desse órgão (estiveram presentes 43, além do presidente), todos manifestando apoio ao povo ucraniano.

Os 18 que falaram representavam, na realidade, 28 membros do Plenário do CES, pois as confederações patronais têm, cada uma, dois conselheiros, enquanto as centrais sindicais têm quatro.

Depois do final da reunião, embora não tivesse sido aprovado um documento explícito sobre o tema, Francisco Assis disse à imprensa que «o Plenário do CES assumiu uma posição unânime de condenação da invasão russa à Ucrânia e de apoio e solidariedade com o povo ucraniano».

Uma pequena porção do tempo da reunião foi usada para aprovar a ata da reunião anterior, a Conta de Gerência e Relatório de Atividades de 2021 e para oficializar a saída para a docência do secretário-geral do CES, David Ferraz.

Foi, portanto, a primeira vez, em trinta anos de história, que o CES dedicou uma reunião plenária a, fundamentalmente, discutir uma situação de política internacional, muito diferente da rotina habitual de discussão das Grandes Opções do Plano, dos Orçamentos Gerais do Estado, de estudos sobre demografia ou natalidade, de ordenamento do território ou, no âmbito da Concertação Social, de políticas de rendimentos, preços ou legislação laboral.

Sendo um espaço pensado para a sociedade civil organizada se relacionar com o poder político e para tentar influenciá-lo, o trabalho jornalístico que se segue demonstra que o inverso se sobrepõe: o CES é um espaço onde também o poder político procura influenciar a sociedade civil organizada, procurando caucionar projetos políticos de índole, dimensão, alcance e contextos muito diversos, como o exemplo anterior demonstra.

É esse o relato que aqui apresentamos, fundamentalmente suportado num conjunto de 27 entrevistas a governantes, sindicalistas, líderes de confederações patronais, relatores de pareceres, técnicos de apoio à elaboração de documentos e membros da arbitragem de conflitos laborais.

Foram também entrevistados antigos presidentes do CES.

Deliberadamente, Francisco Assis, o atual presidente do Conselho Económico e Social, excluiu-se dessas entrevistas para que a sua visão e gestão da instituição não pudesse ser acusada, de alguma forma, de tentar dominar este texto para autopromoção da sua imagem política, nem colocasse o jornalista autor destas linhas sob a suspeita de ter aceite uma condicionante limitadora para este trabalho, eventualmente imposta pelo atual líder da instituição.

Temos então um relato vivido dos principais acontecimentos da vida do Conselho Económico e Social, a que se acrescentam os depoimentos escritos de Cavaco Silva – o primeiro-ministro que criou o CES, em 1992 – e de António

Costa, o primeiro-ministro em exercício na altura em que este livro foi escrito, desde o outono de 2021 até ao verão de 2022.

Com as entrevistas, foi construído um relato dos trinta anos do CES, muito dominados pelos eventos da sua estrutura autónoma e de maior impacto público, a Comissão Permanente de Concertação Social.

Esse relato é acompanhado por dados recolhidos de outras fontes e pelo complemento de uma breve cronologia iniciada em 1983, o ano anterior à criação do antecessor do CES, o Conselho Permanente de Concertação Social. Esta cronologia serve para o leitor poder enquadrar mais facilmente o contexto político e social dos factos contados pelos entrevistados. Por imposição da economia do livro, foram selecionados apenas alguns momentos mais relevantes, com mais importância para os anos em que o conflito social foi mais expressivo, sendo essa listagem menos densa nos anos mais recentes. Não se pode, por isso, considerar que estamos perante uma cronologia completa do conflito e da conciliação social do país – mas acreditamos que é um guia precioso para a leitura e compreensão do restante texto.

Faz-se ainda uma breve descrição do contexto político-social anterior, desde as primeiras lutas laborais, passando pela criação da Câmara Corporativa no Estado Novo, até 1984.

Ao longo desta obra, os entrevistados, além de contarem episódios da história do CES em que estiveram envolvidos, avaliam o papel e o valor deste modelo de concertação social.

Há opiniões totalmente divergentes.

Negativas: líderes patronais que pensam que esta estrutura não devia existir, governantes que confessam não ter lido os pareceres do CES sobre as Grandes Opções do Plano, sindicalistas que acusam a instituição de «neocorporativismo» e de prejudicar sempre os trabalhadores, membros do Plenário do CES que acham as reuniões inúteis, autores de pareceres que se sentem desvalorizados pelo poder político.

Positivas: governantes que sentem que o debate ali feito melhora e enriquece a legislação, líderes patronais que veem um instrumento de conciliação fundamental para o sucesso empresarial, sindicalistas que encontram nesse espaço a melhor forma de contrabalançar o poder patronal, membros do Plenário que descobrem no Conselho um relevante ponto de contacto direto com o poder político, autores de pareceres que defendem o contributo do CES para uma visão mais estratégica do país.

O relato que se segue conta, portanto, a contradição interna do CES vivida ao longo de trinta anos: por um lado, a sua relação com o poder e o uso que fez do seu próprio poder de influência; por outro, as suas diversas fragilidades políticas, de representatividade, estruturais, orçamentais e, até, de conceção institucional.

Santarém, 21 de junho de 2022

Pedro Tadeu

